

## Transformação social no Brasil: o impacto dos movimentos sociais na educação

Ana Stella Bezerra Saraiva Paschoali 

Prefeitura municipal de Caucaia, Caucaia-CE- Brasil

Marília Garcia de Sousa Brito<sup>ii</sup> 

Prefeitura municipal de Caucaia, Caucaia-CE- Brasil

1

### Resumo

Neste trabalho discutimos algumas relações entre movimentos sociais e Educação. O movimento social é uma ação coletiva que, usualmente utiliza da pressão pública, visando propor políticas públicas para vários setores da sociedade, incluindo a educação. Embora hoje tenhamos uma série de movimentos sociais, desde a década de 60 e 70, quando estes passaram a ser vistos como mecanismos menos burocráticos que poderiam fazer uma espécie de ponte entre sociedade e governantes, sua atuação tem sido mais sistemática e contundente. Na educação, várias frentes foram estabelecidas. Formalmente, hoje se discute muito mais a questão de gêneros e etnias, enquanto no aspecto não formal da educação, os movimentos têm atuado na construção de cidadãos mais conscientes em vários aspectos, incluindo o socioambiental.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais. Educação. Políticas Públicas. Transformação social.

### Social transformation in Brazil: the impact of social movements on education

### Abstract

In this paper, we discuss the relationship between social movements and education. Social movements are collective actions that typically employ public pressure to propose public policies across various sectors of society, including education. While we currently witness a multitude of social movements, since the 1960s and 1970s, they have increasingly been recognized as less bureaucratic mechanisms capable of bridging the gap between society and policymakers, resulting in more systematic and impactful engagement. In the field of education, multiple fronts have been established. Formally, there is now a heightened focus on gender and ethnicity issues, whereas in the informal sphere of education, these movements have played a significant role in fostering a greater awareness among citizens on various aspects, including socio-environmental matters.

**Keywords:** Social movements. Education. Public policies. Social transformation.

## 1 Introdução

O movimento social é uma ação coletiva, formada por organizações da sociedade civil que lutam pelas diversas formas de inclusão social. O seu principal objetivo é conseguir promover mudanças sociais e a consequente inclusão social. Quanto à finalidade, os movimentos podem ser classificados como: movimentos de resistência, que têm como objetivo resistir a opressões, injustiças e violações de direitos; movimentos de consciência, que buscam conscientizar a sociedade sobre questões específicas, como direitos humanos, meio ambiente, saúde, educação, entre outros; movimentos culturais, que têm como objetivo preservar, promover e valorizar expressões culturais, tradições e identidades; movimentos de solidariedade, os quais são caracterizados pelo apoio mútuo e pela solidariedade com grupos vulneráveis ou afetados por situações de crise, como desastres naturais, conflitos armados, pobreza etc.

Em uma visão mais ampla, os movimentos sociais subdividem-se em: movimentos reivindicatórios, que utilizam a pressão pública para pressionar instituições que possam modificar dispositivos legais, e assim favorecer a situação; movimentos políticos, que buscam influenciar a população na participação política direta como garantia para transformações estruturais na sociedade; movimentos de classe, que buscam subverter a ordem social e alterar as relações entre distintos fatores na conjuntura nacional. Os sindicatos, movimentos populares e as organizações não governamentais (ONGs) são exemplos de organizações dos movimentos sociais.

No Brasil, foi na década de 60 e 70 que ativistas e estudiosos viam os movimentos sociais como associações não burocráticas, envolvidas em relações adversárias com o Estado e operando fora da política formal. Devido ao regime militar, os movimentos sociais ganharam destaque, pois o sistema ditatorial fez com que grupos se juntassem e fossem de encontro aos seus ditames, clamando por seus direitos. Assim, esses processos mudaram radicalmente em nosso país, onde os movimentos sociais foram incorporados e trabalharam em colaboração com o Estado, levantando importantes questões políticas e organizacionais.

A autora denomina o período 1982-1995 como “a época das negociações e a era dos direitos”, ressaltando que:

[...] esta fase corresponde a um período de intensa movimentação social, dada pelas características da conjuntura política e bastante ampliado pela dimensão dos problemas sociais, pelo aumento do contingente populacional do País e pela facilidade de divulgação e reprodução das ações coletivas pelos meios de comunicação de massas (GOHN, 2011, p. 125).

Os movimentos sociais cresceram em muitos países como uma nova forma de ação coletiva atuando na esfera política formal, estabelecendo relações com instituições oficiais e assumindo posições em estruturas administrativas. Com o intuito de melhorar os processos democráticos no país, bem como fortalecer a hegemonia das classes, os movimentos sociais produziram estruturas e ações de mobilização social com importante potencial transformador que fortaleceu a democracia, mas também tensões e desafios enfrentados devido a sua capacidade limitada de mudar as estruturas existentes de dominação.

O Brasil é marcado por lutas e revoltas populares, sendo a década de 70, período em que surgiram alguns grupos como estudantes, operários, comunidade eclesial, pastorais, lutando por seus ideais, tentando combater o regime militar da época. Esse combate ao modelo de governo ditatorial contribuiu decisivamente para a conquista de vários direitos sociais. Os quais foram inscritos em leis na Constituição Federal de 1988.

Para Gohn (2008, p. 442):

As transformações que aconteceram no mundo, nas últimas décadas, e que acabaram por influenciar as mudanças de focos nos movimentos sociais em geral, e na América Latina em particular, permitem-nos afirmar que os movimentos sociais não mais se limitam à política, à religião ou às demandas socioeconômicas e trabalhistas. Movimentos por reconhecimento, identitários e culturais, ganharam destaque ao lado de movimentos sociais globais.

Exemplos de movimentos que marcaram a época são: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o movimento “hippies”, o feminista e o estudantil, e o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST). O MST luta pela implantação da reforma agrária no Brasil, buscando a redistribuição de terras improdutivas. O movimento "hippies" (no singular, hippie) conhecidos como contracultura dos anos

60, teve uma queda de popularidade nos anos 70 nos EUA, embora o movimento tenha tido muita força em países como o Brasil somente na década de 70. Uma das frases associada a este movimento foi a célebre máxima "Paz e Amor" (em inglês "Peace and Love") que precedeu a expressão "Ban the Bomb", a qual criticava o uso de armas nucleares.

4 As ideias defendidas por estas comunidades eram: práticas de nudismo, questões ambientais e emancipação sexual. O movimento feminista, que discutia direitos iguais e a proteção legal às mulheres, acabou gerando a teoria feminista, bem como se manifestando em disciplinas como a geografia feminista, a história feminista e a crítica literária feminista. O movimento estudantil foi um movimento de caráter social e de massa, embora não tenha sido considerado um movimento popular, dada a origem dos sujeitos envolvidos, que, nos primórdios desse movimento, pertenciam, em sua maioria, a chamada classe pequeno burguesa, porém foi a expressão política das tensões que permeavam o sistema dependente como um todo e não apenas a expressão ideológica de uma classe ou visão de mundo. O Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MSTs), Movimentos em defesa dos negros, índios, os Movimentos de apoio às causas LGBTQIA+, bem como as defesas ambientais brasileiras, são outros exemplos de movimentos sociais que tiveram seu peso e contribuição.

Cada movimento criou sua identidade, sua forma de atuar, levantando bandeiras e questões pertinentes que os identificavam e os diferenciavam dos demais grupos. Surgindo assim uma forma de fazer política. Segundo Avritzer (2013), a marcante participação dos cidadãos na luta por seus direitos garantiu que na Constituição Federal de 1988, através de legislação específica, permitisse o direito a práticas participativas nas áreas de políticas públicas, tanto no que dizia respeito à saúde, assistência social, políticas urbanas e meio ambiente.

## 2 Metodologia

Este trabalho foi produzido mediante leituras e pesquisas bibliográficas. Realizamos uma revisão bibliográfica específica para identificar os principais

movimentos sociais na história do Brasil, bem como, analisamos como esses movimentos influenciaram a sociedade, a cultura e a política do país. Com o intuito de confrontar ideias e pensamentos a respeito do tema, buscamos análises acadêmicas, estudos históricos e fontes de pesquisa confiáveis, sobretudo artigos em periódicos indexados e livros, que nos fizessem perceber possíveis impactos nas políticas públicas, mudanças sociais e na educação.

### **3 Principais impactos das lutas dos movimentos sociais brasileiros na Educação**

No tocante à Educação, os movimentos sociais impactaram, e ainda impactam, mediante suas contribuições para proposição de políticas públicas direcionadas a esse eixo, além de buscar garantir suas execuções. Assim, a presença dos movimentos sociais e organizações sociais serve de mediação entre governo e sociedade, atuando nesta relação muitas vezes deficitária ou mesmo intangível, dependendo da comunidade.

Um dos principais movimentos sociais do Brasil, o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST), tem lutado pela reforma agrária e pela garantia de acesso à educação nas áreas rurais, impactando profundamente à educação nessas regiões do Brasil.

A educação rural requer políticas públicas específicas para enfrentar os desafios únicos que alcançam essas comunidades. Algumas razões pelas quais a educação rural necessita de políticas públicas incluem a equidade, acesso, qualidade, tecnologia e conectividade, desenvolvimento sustentável, preservação cultural, participação comunitária, e monitoramento e avaliação.

Nesse caso, políticas públicas podem ajudar a nivelar as disparidades entre a educação rural e urbana, assegurando que os alunos em áreas rurais tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais e recursos, garantido a equidade na educação, assim como podem focar em fornecer escolas acessíveis e seguras nas

áreas rurais, bem como em melhorar o acesso ao transporte escolar para garantir que todos os alunos possam chegar às escolas.

As políticas podem incentivar o desenvolvimento profissional de professores, fornecer materiais educacionais adequados e promover a implementação de currículos relevantes para a realidade rural, implicando em maior qualidade.

Sabemos que muitas áreas rurais enfrentam desafios em termos de conectividade à internet e tecnologia. Políticas públicas podem ser implementadas para garantir que as escolas rurais tenham acesso a recursos tecnológicos que possam melhorar a qualidade da educação.

A educação rural de qualidade é crucial para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais, contribuindo para a formação de uma força de trabalho qualificada e para o progresso econômico local, assim, políticas podem ser desenvolvidas para incluir a preservação das culturas locais e tradições nas atividades educacionais, permitindo que os alunos se identifiquem com o conteúdo curricular.

Finalmente, as políticas públicas podem promover a participação ativa das comunidades rurais na gestão das escolas, fortalecendo o senso de responsabilidade e apropriação local da educação, além de estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação para garantir que as estratégias implementadas possibilitem um impacto positivo na educação rural.

Portanto, como podemos ver, as políticas públicas desempenham um papel fundamental na promoção da educação rural de qualidade, na superação de desafios específicos e na criação de um ambiente educacional que capacite os estudantes rurais para um futuro melhor.

Uma das principais conquistas do MST é a implantação das escolas itinerantes que visam oferecer educação para crianças e adultos em assentamentos e acampamentos rurais. Essas escolas visam garantir que a educação alcance áreas remotas e carentes, enfrentando os desafios de acesso e isolamento geográfico. O MST entende que o acesso à educação e a permanência são fundamentais para inserir toda a base social na construção de um novo projeto do campo.



Embora as escolas existam em acampamentos sem-terra desde o início dos anos 1980, o conceito de escola itinerante data de 1996 no processo da luta e legalização delas no Estado do Rio Grande do Sul, depois, novas escolas itinerantes foram implantadas em diversos estados.

Portanto, as escolas itinerantes são uma conquista que têm impactado a educação há mais de 25 anos. Como as escolas itinerantes estão localizadas em acampamentos sem-terra, elas são um produto direto da luta de um movimento social, e talvez o mais impactante do MST no que tange à promoção de educação com equidade.

O MST também desenvolveu abordagens pedagógicas adaptadas às necessidades e realidades específicas das comunidades rurais, enfatizando uma educação contextualizada que valoriza o conhecimento local, práticas agrícolas e desenvolvimento sustentável. Assim, há uma busca por uma educação mais significativa e capacitadora para os estudantes rurais quando se incorpora habilidades práticas e experiências relevantes para a vida rural no processo educacional.

Percebemos que essas abordagens têm uma influência direta de Paulo Freire. Como testemunhado por Camini (2021, p. 4):

Sou testemunha de vê-los estudar Pedagogia do Oprimido, buscando entender como nos libertarmos do opressor, hospedado em nós. Buscavam o significado das palavras: oprimido, opressor, antidialógico. Lia em seus olhos uma decisão: Se somos semeadores de humanidade, não podemos aceitar práticas de opressão. Temos que lutar por uma escola parecida com a escola que Freire anuncia.

Ainda podemos citar como luta e conquista, que o MST está ativamente envolvido na defesa de políticas que priorizem a educação rural, em busca de um maior investimento público em escolas rurais, melhoria da infraestrutura, transporte e alimentação escolar, além de políticas para enfrentar os desafios específicos vivenciados por professores e estudantes rurais – a itinerância, por exemplo. Hoje, o grande desafio da educação no campo reside na formação de professores e infraestrutura. (SOUZA, 2008) Mas, sem dúvida, é uma política pública essencial para promoção de uma educação mais inclusiva.

De acordo com Miranda, (2011, p. 2):

A Educação do Campo é uma política pública como expressão de uma política nacional que promove o resgate da dívida histórica social, frente à obrigatoriedade da oferta de educação para toda a população, com o intuito de incentivar à construção de relações baseadas no respeito e na valorização de milhares de brasileiros que tiram seu sustento da terra, de modo a evitar o deslocamento dos estudantes do campo para a cidade.

8

Os movimentos de gênero e etnia impactaram diretamente na forma como estes temas são abordados nas escolas, contribuindo significativamente para nosso enriquecimento como cidadãos. O movimento negro é outro exemplo de movimento social cujas lutas têm reivindicado a inclusão de conteúdos que abordem a história e cultura afro-brasileira nas escolas, bem como o combate ao racismo e à discriminação racial. Podemos citar como grande conquista a aprovação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas.

Criada há 20 anos, a Lei 10.639/03 tenta mudar o quadro de racismo no Brasil. Ela representa um marco importante na promoção da igualdade racial, na valorização da diversidade cultural e na desconstrução de estereótipos e preconceitos.

Ao propor o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, a Lei 10.693/03, proporciona o reconhecimento e a valorização da história e cultura afro-brasileira, antes marginalizadas e negligenciadas nos currículos escolares, contribuindo para combater estereótipos e promover uma visão mais abrangente e precisa da formação do cidadão, combatendo o racismo e a discriminação racial.

Ela também fortalece a identidade e autoestima dos estudantes afrodescendentes através do reconhecimento da importância de sua herança cultural, promovendo uma imagem positiva de sua história e contribuições para a sociedade. Esse símbolo de luta de um movimento social procura então, promover uma sociedade mais igualitária e inclusiva através da educação.

A principal dificuldade enfrentada para a implantação da Lei 10.693/03 é de incorporar efetivamente os conteúdos da história e cultura afro-brasileira nos



currículos, dado a resistência e o desconhecimento de muitos educadores e instituições escolares. Certamente, a falta de conhecimento e preparo dos profissionais de ensino pode limitar a efetividade da implementação da lei.

A carência de materiais didáticos que abordem o tema, adequados e atualizados sobre a história e cultura afro-brasileira, também é um entrave para sua inclusão nas escolas, sendo que a produção de materiais pedagógicos que abordem esses temas de forma precisa e sensível é fundamental para uma implementação eficaz da lei.

Finalmente, a formação de professores ainda pode ser um desafio na efetivação da Lei 10.639/03. Tal capacitação dos educadores para trabalhar de maneira adequada e sensível com os conteúdos afro-brasileiros é preponderante para uma implementação eficiente e de qualidade da referida lei.

Ainda como exemplo de movimento social étnico, o movimento dos povos originários, têm atuado pela valorização e preservação da cultura indígena, bem como pela inclusão de conteúdos indígenas nos currículos escolares. Eles também reivindicam a criação de escolas indígenas com uma abordagem intercultural e a garantia do direito à educação nas comunidades indígenas.

As culturas originárias não são subalternas aos movimentos hegemônicos, e como é possível reconhecer na globalização e na contemporaneidade, elas resistem e se afirmam por meio de movimentos sociais indígenas. É importante compreender que o processo de trocas culturais não torna estes povos menos indígenas. Muitos povos ao longo do contato se inclinaram favoráveis a dominar técnicas e conhecimentos outros que adentraram o continente ameríndio por meio do colonialismo ocidental, nem por isso renegando sua identidade étnica e seus conhecimentos tradicionais (ZOIA; CURVO, 2021, p.3).

Também, o movimento LGBTQIA+ tem lutado pela inclusão e respeito à diversidade sexual e de gênero nas instituições educacionais. Seus impactos incluem a implementação de políticas de combate à discriminação e violência homofóbica nas escolas, a promoção de programas de educação sexual inclusiva e a capacitação de professores para lidar com questões de gênero e sexualidade em sala de aula.

Assim, devemos reconhecer a contribuição significativa do movimento LGBTQIA+ para a educação brasileira, tendo um caráter inclusivo, democrático e esclarecedor sobre os mais diversos grupos e espaços. (LUCENA; COELHO e GONZAGA, 2021).

No entanto, não podemos deixar de enfatizar o embate entre conservadores e o movimento LGBTQIA+, advindo principalmente de grupos religiosos que consideram o movimento LGBTQIA+ como uma ameaça aos princípios da família tradicional.

Apesar dessa discussão não ser o foco deste artigo, é bom salientar que uma educação inclusiva que forme cidadãos respeitosos vai de encontro ao discurso conservador, permitindo harmonia entre as diversas famílias. Este ponto foi enfatizado por Garcia e Bizzo que destacaram a contrariedade dessa realidade (Garcia e Bizzo, 2018). Eles ainda alertam para um enfraquecimento da educação no tocante a questões levantadas pelo movimento LGBTQIA+.

Este estudo aponta para um enfraquecimento da educação, em geral, e da escola, em particular, em relação aos temas gênero e diversidade e ao combate do preconceito, da discriminação e da homofobia, questões que tinham alcançado progressos nas últimas décadas pela luta do movimento LGBT (GARCIA; BIZZO, 2018, p. 359).

Podemos citar ainda o exemplo dos movimentos socioambientais, os quais ganharam muita força após a ECO 92 no Rio de Janeiro. A contribuição para a educação ambiental das ONGs envolvidas com o meio-ambiente é um caso marcante da atuação de movimentos sociais na Educação. O foco das ONGs ambientalistas é impedir a degradação ambiental e promover formas sustentáveis de desenvolvimento. Trabalhando em parceria com a comunidade, governos e iniciativa privada, atuam num campo de alta complexidade, o campo ambiental, que demanda soluções multifacetadas e multidisciplinares para um público bastante diverso.

As ONGs ambientalistas, no Brasil, têm desempenhado um importante papel no processo de aprofundamento e expansão de ações de educação ambiental no campo não formal que complementam e, muitas vezes, impulsionam iniciativas

governamentais e dão apoio às organizações da iniciativa privada interessadas no desenvolvimento de projetos na área (TRISTÃO; TRISTÃO, 2016, p.53).

Embora tenhamos elencado conquistas mais recentes dos movimentos sociais, essas “intervenções” positivas ocorrem desde muito tempo, sobretudo com os movimentos populares propriamente ditos, aqueles que nos anos 70/80 foram tão importantes, estimulados pela teologia da libertação.

11

O movimento feminista, por exemplo, teve papel fundamental na busca da garantia dos direitos humanos das mulheres, dentre eles a educação igualitária, igualdade de gênero e na erradicação da violência baseada no gênero. Ao longo das décadas, as mulheres têm-se unido para exigir mudanças sistêmicas e políticas que promovam seus direitos e segurança.

Para Rios (2006, p. 71):

[...] liberdade, igualdade e não discriminação são os fundamentos que estruturam o desenvolvimento de um direito democrático da sexualidade”. Desta forma, a sexualidade e os direitos sexuais são entendidos como direitos humanos fundamentais, devendo ser pautados na conjuntura de uma sociedade democrática. [...] esse direito democrático da sexualidade, leva a pensar no livre exercício da sexualidade, amparado numa perspectiva emancipatória e livre de preconceitos e discriminações. Exatamente por isso, acreditamos que políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero e promoção da diversidade sexual são fundamentais no processo de busca por justiça e igualdade de direitos.

A força mobilizadora por meio de protestos, conscientização e advocacia, desse movimento, tem impulsionado a implementação de políticas públicas abrangentes, que visam não apenas combater a violência de gênero em todas as suas formas, mas também empoderar as mulheres em diversos aspectos da sociedade.

Como marco histórico para a construção dos direitos das mulheres, ressalta-se a Constituição Federal de 1988 que demarcou em seu texto vários dispositivos a respeito do princípio da igualdade entre homens e mulheres em todos os campos da vida social (art. 5º, I), na vida conjugal (art. 226, inciso 5º) e, também, a inclusão do art. 226,

inciso 8º, em que o Estado se compromete com as questões de violências contra as mulheres (VIGANO; LAFFIN, 2019, p. 9).

Como podemos ver, a Constituição de 1988 pode até ser considerada contemporânea, no que se refere ao amparo legal aos direitos das mulheres, no entanto, a lei por si só não garante a aplicação desses direitos.

Brabo ainda ressalta que a luta contra a violência de gênero é um esforço contínuo, e o movimento feminista continua a desempenhar um papel fundamental na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Segundo Vigano e Laffin (2019, p. 4):

Ao abordar a temática de políticas públicas de ações afirmativas para as mulheres, faz-se necessário contextualizar os movimentos sociais feministas e as questões de gênero. Isso porque, as ações afirmativas para mulheres decorrem de um longo período em que ser fêmea, era sinônimo de fragilidade, devoção ao homem, competência para afazeres domésticos e dom para a maternidade. Estereótipo, esse, que legitimou as violências contra mulheres e as bases cunhadas na opressão, subalternidade e desrespeito ao chamado sexo frágil.

A luta feminista transcende as fronteiras culturais, trabalhando para eliminar a discriminação e a violência de gênero em todo o mundo. Vigano e Laffin (2019, p. 7) complementam:

Mediante às violências cada vez mais em alta, e os crimes contra a vida das mulheres sendo largamente divulgados na mídia, os movimentos sociais a partir da militância do feminismo pressionaram instâncias do Estado a pensarem políticas públicas de atendimento e acolhimento das mulheres, resultando em ações afirmativas em diversos espaços sociais – escola, universidade, trabalho, moradia e bens culturais. Todas as justificativas para o tratamento desigual e do uso de violência contra as mulheres estão hoje em constante desconstrução, constituindo-se base para os movimentos feministas que incorporam em suas pautas a violência doméstica e o direito das mulheres em viver, trabalhar e “circular” socialmente.

Podemos destacar também o trabalho do educador e filósofo Paulo Freire, que mesmo tendo vivido em tempos difíceis numa época em que as desigualdades

sociais eram gritantes, ele sabia que só através da educação mudaria a vida dessas pessoas que viviam à margem. Sendo assim, assumiu o ponto de vista dessas pessoas e elaborou uma metodologia de ensino em favor de uma educação que incluísse essas pessoas na sociedade.

Desenvolvido em Angicos-RN, seu programa de alfabetização foi um sucesso, chegando a alfabetizar, em apenas 45 dias, 300 pessoas. Paulo Freire procurou contribuir para a formação do cidadão, para uma nova sociedade democrática e participativa em construção, reconhecendo o papel fundamental de um novo tipo de educação, a educação popular da qual o processo de alfabetização fazia parte. Esse foi um pontapé inicial para mudanças as quais percebemos atualmente o quanto a práxis da educação popular tem se desenvolvido e evoluído.

Para Stênico e Paes (2017), a pedagogia da libertação de Paulo Freire é uma ferramenta essencial nos movimentos sociais. É notório que não é meramente a opressão e a exclusão que impulsionam a participação em lutas sociais, mas sim a compreensão crítica do próprio estatuto de oprimido, uma compreensão que capacita as pessoas a adquirirem consciência. Isso, por sua vez, propicia o início de um processo de luta por melhores condições de vida.

Essa abordagem se reflete no MST, onde o reconhecimento da situação leva a reflexões e denúncias. Freire destaca a importância de conectar a escola à sociedade, abordando seus problemas e história, promovendo uma educação transformadora.

#### 4 Considerações finais

Em suma, os movimentos sociais, mesmo dentro de suas especificidades, são mecanismos importantes na mediação entre poder e povo, atuando fortemente na proposição de políticas públicas para todos os setores da sociedade, incluindo a educação. Não só do ponto de vista formal, a educação é fortemente influenciada pela atuação destes movimentos desde muito tempo no Brasil, sobretudo a partir do final da década de 70. Mesmo com a diversificação e especificação dos movimentos,



a educação é um ponto de confluência onde os diversos atores se fazem presentes e atuantes.

## Referências

ALVES, Carmen Dolores. **A implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas municipais do Recife e o papel da gestão escolar**. 1 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. 161p.

AVRITZER, Leonardo. **Experiência democrática, sistema político e participação Popular**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. 128p.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; ORIANI, Valéria Pall, Gênero e Educação: o Papel do Movimento Feminista para a Igualdade de Gênero, **ORG & DEMO**, v. 16, p. 19-36, 2015. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/5135>. Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Diário Oficial da União, 1988. SENADO FEDERAL. [s.l: s.n.]. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 11 ago. 2023.

BRASIL. **Lei 10.639/03 e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 11 ago.2023.

DALMAGRO, S. L.; BAHNIUK, C.; CAMINI, I. Escola itinerante do MST: 20 anos de aprendizados na luta. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 2, p. 168–184, 1 set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21691>. Acesso em: 12 ago. 2023.

CAMINI, Isabela. Paulo Freire e a escola itinerante do MST. **Revista brasileira de educação básica**. v. 6, n. especial, p.1, 2021. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/rbeducacaobasica/wp.content/uploads/sites/5/2021/09/PAULO-FREIRE-E-A-ESCOLA-ITINERANTE-DO-MST.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 117p.

GARCIA, P. S.; BIZZO, N. O Processo de Elaboração dos Planos Municipais de Educação na Região do Grande ABC. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 1, p. 337–



362, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/Ddnq6967R4Z7fDmCBDqN3gz/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2023.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na História do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2011. 240p.

LUCENA, Maria L. B. S.; COELHO, A. J. T.; GONZAGA, P. S. Contribuições do movimento LGBT para educação brasileira: uma revisão bibliográfica. In: **VII Congresso Nacional de Educação (CONEDU)**, 2021, Editora Realize (publicação digital). Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO\\_EV150\\_MD1\\_SA105\\_ID3377\\_30072021102254.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA105_ID3377_30072021102254.pdf). Acesso em: 12 ago. 2023.

MIRANDA, Sara Batista de. **Educação do campo**: uma proposta pedagógica necessária para a construção da aprendizagem e o exercício da cidadania. 11f. Monografia (Curso de Especialização em Especialização em Educação do Campo) - Universidade Federal do Paraná, setor Litoral, Universidade Aberta do Brasil. 2011.

SILVA, Wilker Solidade; MARQUES, Eugênia Portela Siqueira. Educação e relações étnico-raciais: a Lei 10.639/03, a formação docente e o espaço escolar. **Horizontes**, v. 33, n. 2, p. 47-56, 2015. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/296>. Acesso em: 11 ago. 2023.

SINDICATO, J. Artigo: “**Participação e representação no Brasil**”, por Leonardo Avritzer. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/participacao-e-representacao-no-brasil-entendendo-o-decreto-8243-por-leonardo-avritzer/>. Acesso em: 10 maio 2023.

SOUZA, Maria Antonia de. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 105, p. 1089–1111, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/6S89N7H4cTJRZTbnvykF5rt/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2023.

STÊNICO, Joselaine Andréia de Godoy; PAES, Marcela Soares Polato. Paulo Freire e os movimentos sociais: uma análise da conjuntura brasileira. **Educación**, v. 26, n. 50, p. 47–61, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/pdf/educ/v26n50/a03v26n50.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

TRISTÃO, Virgínia Talaveira Valentini; TRISTÃO, José Americo Martelli. A contribuição das ongs para a educação ambiental: uma Avaliação da percepção dos stakeholders. **Ambiente & Sociedade**, v. XIX, n. 3 p.47, 2016. Disponível em: <https://eoa.org.br/wp-content/uploads/2016/12/ONGs-e-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ambiental.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

VIGANO, Samira de Moraes Maia; LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero. **História**, v. 38, n. e2019054, p. 1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2019054>. Acesso em: 12 ago. 2023.

ZOIA, Alceu.; CURVO, Luiz Felipe Sousa. O MOVIMENTO SOCIAL INDÍGENA E A CONQUISTA DA ESCOLA INTERCULTURAL. **Revista Observatório**, v. 7, n. 1, p. 1, 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/11412>. Acesso em: 12 ago. 2023.

---

<sup>i</sup> **Ana Stella Bezerra Saraiva Paschoal**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1022-7299>

Prefeitura Municipal de Caucaia

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará. Especialista em Gestão Educacional Integradora pela Universidade Atenas Maranhense. Atualmente, professora efetiva de educação básica da rede municipal de Caucaia.

Contribuição do autor: A autora contribuiu com a pesquisa, discussões e organização do artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4040212221476373>

E-mail: [anastellapaschoal@gmail.com](mailto:anastellapaschoal@gmail.com)

<sup>ii</sup> **Marília Garcia de Sousa Brito**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5237-1507>

Prefeitura Municipal de Caucaia

Graduada em pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú. Especialista em Psicopedagogia clínica institucional pela Universidade Estadual do Ceará. Atualmente, professora efetiva de educação básica da rede municipal de Caucaia.

Contribuição do autor: A autora contribuiu com a pesquisa e discussões para a produção do artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7907864067882916>

E-mail: [mariliadaviw@gmail.com](mailto:mariliadaviw@gmail.com)

**Editora responsável:** Karla Colares Vasconcelos

### Como citar este artigo (ABNT):

PASCHOAL, Ana Stella Bezerra Saraiva; BRITO, Marília Garcia de Sousa. Transformação social no Brasil: o impacto dos movimentos sociais na educação. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 4, n. 1, 2023.